retardaram a obra. Ficou registrada a revogação da Resolução nº 01/2020 publicada em 30/03/2020, por inexecução da obra em função de questionamentos ao edital e que resultaram na dificuldade de cumprimento de prazo, no entanto, pontuou que a obra está sendo executada com recursos próprios da Secretaria de Obras, informou a Senhora Giselle Moll Mascarenhas. Ainda com a palavra, o Senhor Maurício Canovas Segura pontuou acerca do Subitem 4.5. Processo Nº 00110-00002631/2019-06, com o objetivo de formalizar o conhecimento ao Conselho acerca da informação apresentada pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, tendo em vista a recente aquisição por aquela SODF de equipamentos e softwares adequados para o atendimento das necessidades da SUPOP e da SUAF. E, promover a Revogação da Resolução nº 05/2020 publicada no DODF nº 123, página 19, em 02/07/2020, em virtude da manifestação da citada Secretaria acerca de utilização de créditos orçamentários próprios para abarcar as despesas com as aquisições, conforme Ofício Nº 515/2021 - SODF/GAB/ASSESP (57829298). Seguiu-se ao Item 5. Assuntos Gerais. Foram feitas considerações a fim de parabenizar os serviços prestados pela Seduh frente ao Conjunto Fazendinha. O Senhor Maurício Canovas Segura comentou sobre a prioridade das obras das Quadra três e cinco no Setor Comercial Sul. Nesse contexto pediu atenção quando na aplicação dos recursos aplicados nas despesas de custeio do FUNDURB. O Senhor Wilde Cardoso Gontijo Júnior ressaltou que entende ser importante aplicar os recursos preferencialmente em ações para investimento e não somente para custeio. Ressaltou que deveria ter uma fonte mais firme e que não precisasse onerar um fundo, que é tão pequeno e tão relevante para a cidade como o Fundurb. É uma questão a ser pensada para que se limite essa quantidade de recursos para questões operacionais em detrimento de investimentos que são, mas que representam uma melhoria de fato para prestação de serviço para a comunidade. A segunda questão é com relação o previsto no Regimento Interno do Fundurb que fala sobre a elaboração de um fundo, um plano de aplicação dos recursos. Acredita que seria interessante, enquanto ferramenta de planejamento, entendendo, claro, que o Governo tem suas prioridades, mas para conversar com o estágio de implementação de cada um dos empreendimentos, sugerindo a necessidade de implementar o inciso IV do art. 2º do decreto nº 30.766 de 2009. Se elabora um plano logo no início do ano, se elencam as intervenções e essas intervenções não sendo atualizadas para verificar quais delas estão aptas. Isso dá mais transparência, e previamente ficamos sabendo exatamente que o Governo tem uma ordem de prioridade. Sugeri que houvesse uma reflexão sobre esse plano, os critérios, sobre o planejamento para o ano. Que estudou o Fundurb e percebeu que após a mudança da Lei, fizeram com que o recurso fosse como a maioria chama "incinerado" no final do ano. É estranho, uma mudança extrema, mas como é Lei, respeita, porque fundo que é fundo não incinera. Enquanto não muda a Lei, o Colegiado precisa trabalhar no sentido de fazer. E caminhar nessa direção. A Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas concordou com a fala e que acredita também que precisam de um plano de utilização, mas que dependem dos parceiros para que tragam projetos ao Fundurb, e os projetos existem, são muitos, são necessários, mas que algumas vezes não tem orçamento, ou ainda não tem viabilização da licitação. A senhora Júnia Maria Bittencourt Alves de Lima - ÚNICA/DF informou que estão trabalhando duas grandes propostas que poderia gerar recursos para o Fundurb, uma delas é a questão da Lei do PLC de fechamentos. Haverá uma concessão de vias públicas no valor que deverá ser pago pelos representantes e dessa forma destinar os valores ao Fundo para aplicar na cidade como um todo. É uma observação, e como não foi apresentado e ainda estão em fase de elaboração de Minuta seria importante verificar com o jurídico a possibilidade desta indicação dos valores que serão recebidos, a título de concessão, já destinados ao Fundurb. Entende que é uma bandeira que vem levantando, que é a compensação urbanística, no sentido dessas questões de equipamentos seria extremamente importante, e essa compensação em pecúnia, em valores que poderiam agregar, trazer mais recursos e ter destinação ao Fundurb, de forma a viabilizar obras, equipamentos públicos em outras áreas carentes. A Senhora Adriana Rosa Savite falou sobre a reversão no final do ano que o Conselheiro Wilde citou. Pontuou que o Secretário Mateus já encomendou uma análise da legislação para que ocorra essa mudança e em breve apresentará algumas novidades. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas, que

explicou que precisaria de um projeto para averiguar a possibilidade e disse que poderia ser na próxima reunião de maio juntamente com a prestação de contas complementar da Novacap. Passaram ao Item 6. Encerramento. Findadas as colocações, a Senhora Giselle Moll Mascarenhas agradeceu as colaborações de todos os conselheiros e declarou encerrada a Quadragésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - CAF/FUNDURB. GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva e Vice-Presidente - SEDUH, DANIEL AYER GOMES MADRID, Titular - SEEC; ERNESTO CORDELLA, Suplente - SEEC; MAURICIO CANOVAS SEGURA, Titular - SO/DF; BRUNO MORAIS ALVES, Suplente - SO/DF, REJANE JUNG VIANNA, Suplente - Representante da Área Técnica - SEDUH; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Titular - UNICA-DF; WILDE CARDOSO GONTIJO JUNIOR, Suplente - Associação Civil Rodas da Paz.

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 22 DE JUNHO DE 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL, nos termos da Lei Complementar nº 800, de 27 de janeiro de 2009, do Decreto nº 30.765, de 1º de setembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 31.338, de 25 de fevereiro de 2010, do Decreto nº 30.766, de 1º de setembro de 2009, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, em sua 46ª Reunião Ordinária, via videoconferência, realizada em 22 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a utilização de recursos do FUNDURB, no montante total de R\$ 778.500,00 (setecentos e setenta e oito mil e quinhentos reais), para contratação de empresa especializada na elaboração e revisão de planos diretores participativos, com a finalidade de conduzir o processo de participação social na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, bem como autorizar a adoção de providências com vistas à adequação orçamentária para atendimento do pleito, Processo: 00390-00006953/2019-35. Relatora: Rejane Jung Viana.

Art. 2º Registrar, por unanimidade dos presentes, a votação do Colegiado com 07 (sete) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum de abstenção.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva e Vice-Presidente indicada; DANIEL AYER GOMES MADRID, Representante Suplente - SEEC; MARCO ANTÔNIO TELES FERREIRA DE MENEZES, Representante Suplente - SEEC; BRUNO MORAIS ALVES, Representante Suplente - SODF; REJANE JUNG VIANNA, Representante Suplente da Área Técnica - SEDUH; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Representante Titular - Sociedade Civil do CONPLAN, DORIENE GONÇALVES DA SILVA Representante Titular - Sociedade Civil do CONPLAN.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA CONJUNTA Nº 02, DE 21 DE JUNHO DE 2021

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, em conjunto com o PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas respectivas competências legais e regimentais, com fundamento nos incisos I e III do parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta SEMA/IBRAM nº 03, de 02 de setembro de 2020, que regulamenta a taxa de conversão da compensação florestal em recursos financeiros prevista nos artigos 24 e 39 do Decreto nº 39.469, de 22 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Fica estabelecido o valor de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) por muda como taxa de conversão da compensação florestal em recursos financeiros para árvores isoladas." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Secretária de Estado do Meio Ambiente, Substituta

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS

Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos